



21101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

I. Histórico e Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA/DF) e a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal (SEPAN/DF) têm competências definidas pela Lei nº 41/1989 e pelo Decreto nº 39.610/2019. Suas atribuições incluem a definição de políticas e a execução de ações nas áreas de resíduos sólidos, recursos hídricos, biodiversidade, gestão territorial, qualidade ambiental, educação ambiental e áreas protegidas, promovendo o desenvolvimento sustentável do DF.

Desde 2018, a SEMA implementa o Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA), alinhado à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e à Política Distrital de Educação Ambiental (Lei nº 3.833/2006), com metas até 2030, para fomentar práticas sustentáveis e inclusivas.

Estrutura Administrativa

A estrutura da SEMA inclui:

- Gabinete do Secretário;
- Secretaria Executiva;
- Subsecretarias de: Administração Geral, de Gestão Ambiental e Territorial, da Pesca e Aquicultura, de Gestão de Águas e Resíduos Sólidos, e de Assuntos Estratégicos.

A SEPAN, por sua vez, conta com:

- Gabinete do Secretário;
- Subsecretaria de Bem-Estar Animal.

Órgãos vinculados à SEMA-DF:

Administração Indireta:

- Jardim Botânico de Brasília (JBB);
- Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal (ADASA);
- Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU);
- Fundação Jardim Zoológico de Brasília (Zoo);
- Instituto Brasília Ambiental.

Órgãos Colegiados:

- Conselhos Gestores de Parques;
- Conselho Gestor da APA Gama e Cabeça de Veado;
- Conselhos das APAs das Bacias do Gama e Cabeça de Veado;
- Conselho de Administração do Fundo Único de Meio Ambiente (CAF);
- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM);
- Comitê de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH-DF).

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	17	7	11	4	39
Comissionados sem vínculo efetivo	41	58	0	0	99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Requisitados de órgãos do GDF	12	6	1	0	19
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	2	1	3
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	8	1	9
Terceirizados (FUNAP)	0	0	3	0	3
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	70	71	25	6	172
(-) Cedidos para outros órgãos	9	0	2	0	11
Total Geral	61	71	23	6	161

Alterações na estrutura da SEMA/DF.

Subsecretaria de Administração Geral/SEMA:

Criação da Coordenação de Gestão de Pessoas, com as unidades vinculadas: Diretoria de Registros Funcionais, Gerência de Capacitação e Atenção ao Servidor e Gerência de Cadastro e Benefícios; Diretoria de Registros Financeiros, através do Decreto nº 46.357, de 07 de outubro de 2024, publicado no DODF nº 149, de 08 de agosto de 2023.

Criação da Coordenação de Gestão Interna, com as unidades vinculadas: Diretoria de Logística, Gerência de Compras, Gerência de Patrimônio, Gerência de Documentação e Arquivo, Gerência de Contratos e Convênios; Diretoria de Tecnologia, Gerência de Suporte, através do Decreto nº 46.357, de 07 de outubro de 2024, publicado na Edição Extra do DODF nº 73-A.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	186000,0	247000,00	234595,39	234595,39
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	186000,0	247000,00	234595,39	234595,39
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	480000,0	480000,00	437322,52	396460,24
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	480000,0	480000,00	437322,52	396460,24
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	50000,0	0,0	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0054 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	716000,00	727000,00	671917,91	631055,63

9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO

Conversão de licença-prêmio em pecúnia, em favor dos servidores que se aposentaram, com a devida instrução, na forma do artigo 142, da Lei Complementar nº 840/2011 e do Decreto nº 40.208, de 30/10/2019.

9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL

Ressarcimentos de folha de pessoal referentes a servidores cedidos, com atuação em esfera diversa que o GDF; acertos de contas, incluindo indenização de férias, alimentação, décimo terceiro salário e demais despesas indenizatórias; Restituições trabalhistas, com despesas orçamentárias de natureza remuneratória, resultantes do pagamento efetuado a servidores.

9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO

Insuficiência de recursos para pagamentos de despesas relativas à conversão da licença-prêmio em pecúnia, no exercício financeiro de 2024.

6209 - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3773 - IMPLANTAÇÃO DO USO DE FONTES DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1500000,0	0,0	0	0
0004 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PROJETOS DE ENERGIA FOTOVOLTAICA EM PRÉDIOS PÚBLICOS OCUPADOS NO DF	1500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6209 - INFRAESTRUTURA	1500000,00	0,00	0,00	0,00

O referido projeto foi executado por meio de ação financiada pelo GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente, conforme detalhado nas informações complementares. Dessa forma, não houve a utilização de recursos orçamentários para sua execução.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	151000,0	936322,00	36150,0	36150,0
0001 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	936322,00	36150,0	36150,0
3899 - INDICADORES AMBIENTAIS	150000,0	0,0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1000,0	172,00	0	0
0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	231000,0	3000172,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL	1000,0	3000172,00	0	0
9667 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	230000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	2000,0	5303384,00	1856485,87	1764873,37
0065 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - AMBIENTAL TERRITORIAL - DISTRITO FEDERAL	2000,0	5303384,00	1856485,87	1764873,37
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	1000,0	172,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	11001700,0	0	0
0032 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	0	11001700,0	0	0
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	1000,0	172,00	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	1000,0	172,00	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	200000,0	3067400,00	0	0
0002 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	200000,0	3067400,00	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES	1000,0	172,00	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	1000,0	300172,00	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	300172,00	0	0
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	1000,0	172,00	0	0
0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	11000,0	2269886,00	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL- SIA	11000,0	2269886,00	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO	1000,0	172,00	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	1000,0	172,00	0	0
0002 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	1000,0	172,00	0	0
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1000,0	172,00	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	2000,0	344,00	0	0
0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	2000,0	344,00	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	1000,0	172,00	0	0
0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1000,0	172,00	0	0
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
9107 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES	11110000,0	9610000,0	6009031,61	1159031,61
0049 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	0	250000,0	250000,0	0
0301 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS AMBIENTAIS	1000000,0	0,0	0	0
0302 - APOIO AO PROJETO AMBIENTAL AVALIAÇÃO SANITÁRIA DE CARNÍVOROS DO CERRADO	560000,0	560000,0	560000,0	560000,0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0303 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO O DF	6000000,0	4400000,0	3799864,8	399864,8
0305 - CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - 2024	2000000,0	0,0	0	0
0306 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO DF	300000,0	300000,0	300000,0	0
0308 - APOIO A PROJETOS DE MEIO AMBIENTE	250000,0	0,0	0	0
0368 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO À PROJETOS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	3000000,0	0	0
0404 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO AMBIENTAL RECICLO-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	200000,0	0
0411 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO A PROJETOS -DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	199166,81	199166,81
0304 - APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF.	1000000,0	700000,0	700000,0	0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	0	1300000,0	1297251,3	1297251,3
0014 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS-SEMANA DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	0	1300000,0	1297251,3	1297251,3
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1001000,0	1692000,00	1505014,87	1465872,98
0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS -DISTRITO FEDERAL	1000,0	1192000,00	1005014,92	965873,03
0024 - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CAES E GATOS	1000000,0	500000,0	499999,95	499999,95
3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	1000,0	172,00	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	3501000,0	7570069,00	7569896,86	7569896,86
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP -DISTRITO FEDERAL	1000,0	7570069,00	7569896,86	7569896,86
0020 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVEP	3500000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	16223000,00	46053685,00	18273830,51	13293076,12



PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REALIZADA

EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

• EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL – INDICADORES AMBIENTAIS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – DISTRITO FEDERAL

Programa de Trabalho 13.542.6210.3210.0001 – Execução da Política Ambiental – Indicadores Ambientais do Sistema de Informações Ambientais do Distrito Federal. A Regulamentação do artigo 45, da Lei Distrital nº 6.269/2019, dispõe que uma Resolução da Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (CDZEE-DF) deve estabelecer os indicadores de monitoramento da implementação do ZEE-DF, seus critérios de aplicação e, sempre que possível, as respectivas metas, tendo como referência os indicadores e metas adotados para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Painel de Indicadores possibilitará esse monitoramento da implementação do ZEE-DF, devendo se tornar público a cada dois anos. Para o cumprimento desta ação, foi elaborada, em 2023, uma cesta com 74 indicadores para a constituição do Painel de Indicadores do ZEE-DF. Tal produto foi realizado mediante contratação de consultoria com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 227.805,00. Contudo, em virtude da indisponibilidade orçamentária, para a contratação de consultoria técnica especializada e da não formalização da cooperação técnica entre a SEMA e o Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), a implantação do Painel de Indicadores não foi viabilizada, no ano de 2024.

MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL TERRITORIAL

- Modernização e Ampliação do Monitoramento Ambiental do Distrito Federal - Programa de Trabalho 18.541.6210.2534.0001**
- Modernização de Sistema de Informação Ambiental Territorial do Distrito Federal - Programa de Trabalho 18.126.6210.1471.0065**

O cumprimento desta ação contempla a manutenção e a modernização da Biblioteca de Dados e do respectivo Portal de Dados Abertos, do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA) (www.sisdia.df.gov.br), nos termos dos incisos I, II, IV e V, do artigo 43, da Lei Distrital nº 6.269/2019. Trata-se de uma plataforma de inteligência ambiental-territorial que disponibiliza dados espaciais do DF, para o Governo do Distrito Federal e para a sociedade, assim como confere suporte ao planejamento ambiental-territorial e a gestão ambiental, particularmente para o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização.

A Fase 1, do SISDIA, implementada em 2021, com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 1.314.280,00, teve foco na consolidação de um banco comum de dados espaciais ambientais do DF aplicados ao planejamento e gestão territorial. Na Fase 2, do SISDIA, iniciada em setembro de 2021, foi contratado o desenvolvimento dos três primeiros módulos especialistas: Módulo Especialista de Sustentabilidade Ambiental em Projetos (MESAP); Módulo Especialista e-Normas (espacialização de legislação); e o Módulo Especialista Big-Data, reforçando o conceito de ecossistema. A referida contratação também foi realizada com recursos não-orçamentários do Financiamento GEF (Global Environmental Facility), no âmbito do Projeto CITInova, no montante de R\$ 825.000,00, cuja conclusão se deu em julho de 2023.

No ano de 2024, o enfoque consistiu no aprimoramento e na ampliação das licenças de geoprocessamento e inteligência espacial para o SISDIA, fundamentais para a renovação do referido sistema, tendo sido realizada a contratação, no montante de R\$ 2.270.615,36, da renovação e ampliação do conjunto de licenças ESRI/ArcGis, além de horas técnicas para o desenvolvimento de soluções específicas e para o suporte às parcerias que envolvem questões ambientais, a exemplo do Módulo Especialista de Monitoramento e Controle do Território (MEMC). Essa estrutura de suporte e licenciamento assegura que o SISDIA esteja equipado com as ferramentas necessárias para efetivamente monitorar, gerir e responder às complexidades ambientais do Distrito Federal.



PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

- PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - SEMA-DF.

Termo de Fomento (MROSC) nº 10/2023. Parque Educador Digital - Objetiva elaborar conteúdo digital (23 vídeos pedagógicos, 2 documentários e 1 vídeo institucional) sobre a Educação Ambiental e sua importância a fim de disseminar práticas pedagógicas através de vídeos pedagógicos, institucionais e lúdicos. O público a ser atingido são estudantes e professores.

Recursos: Emenda parlamentar no valor de R\$ 399.009,42 e executado pela SEMA/DF, por meio do Termo de Fomento nº 10/2023.



TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES

- **APOIO AO PROJETO AMBIENTAL - AVALIAÇÃO SANITÁRIA DE CARNÍVOROS DO CERRADO - Termo de Fomento - (MROSC) nº 2/2024 - Monitoramento e Avaliação Sanitária de Carnívoros Silvestres das Unidades de Conservação do Distrito Federal para divulgação à sociedade.**

O projeto tem como objetivo a realização de pesquisa para descrever agentes causadores de doenças infecciosas, inclusive de caráter zoonótico, como as bactérias da ordem das Ricktsiales e os protozoários das ordens Piroplasmida e Trypanosomatidae em carnívoros.

- **Agenda 2030 Lago Norte** - Associação Civil Alternativa Terrazul.- O projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável na Região Administrativa do Lago Norte, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030. A região foi escolhida por sua biodiversidade, nascentes preservadas, Cerrado nativo e potencial para atividades de baixo carbono, como ecoturismo. A iniciativa envolve o diagnóstico do cumprimento dos ODS na área, visitas de campo e diálogos com a comunidade local, incluindo empreendimentos, escolas e associações. Os dados coletados serão disponibilizados publicamente para apoiar políticas públicas, projetos e pesquisas futuras, fortalecendo a preservação ambiental. A parceria foi firmada entre Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal e a OSC Associação Civil Alternativa Terrazul, tendo a OSC Associação para Conservação da Biodiversidade atuando em rede, conforme Termo de Acordo de atuação em Rede.

GESTÃO DA FAUNA

- **Termo de Fomento - (MROSC) nº 2/2024.** Monitoramento e Avaliação Sanitária de Carnívoros Silvestres das Unidades de Conservação do Distrito Federal, para divulgação à sociedade. O projeto tem como objetivo a realização de pesquisa para descrever agentes causadores de doenças infecciosas, inclusive de caráter zoonótico, como as bactérias da ordem das Ricktsiales e os protozoários das ordens Piroplasmida e Trypanosomatidae, em carnívoros.

SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

- Programa Trabalho: 18.541.6210.9107.0305 - (EPI) CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - 2024;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Programa Trabalho: 18.542.6210.2536.0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - DISTRITO FEDERAL;
- Programa Trabalho: 18.542.6210.2536.0024 - (EPI) CASTRAÇÃO GRATUITA DE CAES E GATOS;
- Programa Trabalho: 18.542.6210.9107.0304 - (EPI) APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF e
- Programa Trabalho: 20.605.6201.9107.0395 - (OCA) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS EM DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, EM PROL DAS COMUNIDADES RURAIS DO-DISTRITO FEDERAL.

Ação/Subtítulo	Lei	Despesas	Empenhado	Liquidado
0305: (EPI) CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - 2024	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0023 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - DISTRITO FEDERAL	1.000,00	1.085.914,30	1.085.828,60	751.825,86
0024 - (EPI) CASTRAÇÃO GRATUITA DE CAES E GATOS;	1.000.000,00	500.000,00	499.999,95	499.999,95
0304 - (EPI) APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
0395 - (OCA) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS EM DEFESA SANITÁRIA ANIMAL EM PROL DAS COMUNIDADES RURAIS DO-DISTRITO FEDERAL.	0,00	0,00	0,00	0,00

A SEPAN tem por objeto a prestação de serviços de castração de caninos e felinos (ováriosalpingo-histerectomia e orquiectomia), atualmente são credenciadas três clínicas veterinárias para a execução do serviço supracitado. A sanidade e o controle populacional de animais domésticos são temas de extrema importância, considerando que tais fatores interferem diretamente no meio em que vivemos e na saúde pública. O impacto da invasão de espécies domésticas/invasoras é considerado a terceira maior ameaça às espécies nativas, depois da superexploração e da destruição do habitat. Algumas estimativas afirmam que o Brasil tinha cerca de 30 milhões de cães domésticos em 2012, o terceiro no ranking mundial. A superpopulação de cães e gatos domésticos gera problemas para os seres humanos, onde ninhadas indesejadas frequentemente abandonadas acabam em situação não domiciliada ou semi-domiciliada, com acesso às ruas, estando sujeitos a maus tratos, envolvendo-se em acidentes de trânsito, mordeduras e participando da cadeia de transmissão de zoonoses. A castração adiciona qualidade de vida para os animais em vários aspectos como:

- 1) Diminuição de neoplasias, uma vez que existem evidências que demonstram a influência dos hormônios sexuais no desenvolvimento de hiperplasia e neoplasias mamárias em cadelas e gatas, e do trato reprodutivo de cachorros e gatos;
- 2) Restrição do comportamento reprodutivo indesejável, como agressividade, aumento da expectativa de vida, pois o animal não está propenso à fugas, brigas e atropelamentos, em virtude da procura por parceiros sexuais;
- 3) Redução de doenças infectocontagiosas, com ênfase nas doenças transmitidas sexualmente entre os animais, como por exemplo, o tumor venéreo transmissível, uma patologia comum, em cães errantes não castrados;
- 4) Eliminação de cruzamentos inadequados entre animais consanguíneos que podem gerar filhotes com alterações físicas, fisiológicas ou comportamentais, como exemplo a hidrocefalia congênita, quadro que aumenta as chances de abandono desses animais;
- 5) Supressão do uso das injeções anti-cio, em cadelas e gatas, que cursam em patologias do trato reprodutivo e mamas.



Outrossim, com advento do Decreto Distrital nº 44.375/2023, foi alterada a estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal e do Instituto Brasília Ambiental, de modo que a SEMA passou a ter as atribuições concernentes à política de bem-estar de cães e gatos. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 46.233/2024, criou-se a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal do Distrito Federal.

CASTRAÇÕES REALIZADAS EM 2024					
MÊS	CACHORRO	CADELA	GATA	GATO	TOTAL DE CASTRAÇÕES
JANEIRO	37	51	33	30	151
FEVEREIRO	257	320	245	243	1.065
MARÇO	275	323	310	269	1.177
ABRIL	346	421	363	318	1.448
MAIO	282	366	313	293	1.254
JUNHO	288	326	349	320	1.283
JULHO	274	373	336	298	1.281
AGOSTO	336	415	355	330	1.436
SETEMBRO	215	260	281	223	979
OUTUBRO	254	279	261	253	1.047
TOTAL	2.564	3.134	2.846	2.577	11.121

HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO

- Programa Trabalho: 18.542.6210.3122.0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL;
- Programa Trabalho: 18.542.6210.9088.0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP - DISTRITO FEDERAL e
- Programa Trabalho: 18.542.6210.9088.0020 - (EPI) MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVEP.

Ação/Subtítulo	Lei	Despesas	Empenhado	Liquidado
0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL	1.000,00	86,30	0,00	0,00
0012 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP -DISTRITO FEDERAL	1.000,00	7.569.983,30	7.569.896,86	7.569.896,86
0020 - (EPI) MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVEP.	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00

A SEPAN, por meio da Organizações da Sociedade Civil (OSC) com a Anclivepa-SP, operacionaliza o Hospital Veterinário Público (HVEP), cujo escopo da parceria envolve recepção e triagem, atendimento clínico (incluindo emergenciais), atendimento cirúrgico, realização de exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento dos tratamentos, gestão dos medicamentos e gestão de prontuários para a prestação de serviços veterinários, em cães e gatos.

Os serviços serão prestados, de forma gratuita à população, em imóvel localizado no Parque Lago do Cortado – Taguatinga/DF e por meio da Unidade Móvel. Cabe destacar, que animais domésticos são tutelados pelo Estado e sua proteção é assegurada pelo artigo 225, da Constituição Federal, que assim dispõe: 'VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade'. Assim como o art. 32 da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) que dispõe que é crime praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. No Distrito Federal, a Lei nº 4.060/2007, art. 3º, inciso XXVIII, considera maus-tratos deixar de prestar assistência veterinária ao animal doente, ferido, extenuado ou mutilado.

Logo, a disponibilidade de serviços públicos veterinários se faz essencial. Vejamos abaixo, a planilha de atendimentos e procedimentos realizados no ano de 2024:

ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM 2024



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

MÊS	Tutores Atendidos	Animais Atendidos	Procedimentos Veterinários Realizados
JANEIRO	1.092	1.779	39.377
FEVEREIRO	915	1.473	32.793
MARÇO	909	1.423	29.042
ABRIL	977	1.621	31.413
MAIO	1.009	1.563	28.945
JUNHO	870	1.345	26.675
JULHO	1.001	1.594	30.406
AGOSTO	913	1.424	26.610
SETEMBRO	827	1.371	31.374
OUTUBRO	812	1.331	31.472
NOVEMBRO	817	1.317	27.182
TOTAL	10.142	16.241	335.289

É importante frisar que, no decorrer do ano de 2024, a quantidade de serviços prestados pelo HVEP apresentou uma redução em relação ao ano de 2023. Essa diminuição está diretamente associada às limitações orçamentárias enfrentadas pela instituição. Em 2024, o orçamento disponível foi significativamente menor, o que impactou diretamente a capacidade de manutenção das atividades em níveis semelhantes aos do ano anterior. Essa restrição de recursos financeiros afetou principalmente a expansão de projetos que poderiam ampliar ou manter os atendimentos na mesma proporção de 2023. O hospital buscou adotar medidas de otimização para mitigar os impactos, como a priorização de serviços essenciais.

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO EXECUTADA:

- **Os subtítulos a seguir tiveram recursos financeiros disponibilizados e estão em andamento na Unidade. Contudo, os projetos não foram realizados, devido a questões técnicas.**

0003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DISTRITO FEDERAL.

0032 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES - DISTRITO FEDERAL.

0002 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL.

0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES - DISTRITO FEDERAL.

0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-DISTRITO FEDERAL- SAI.

0049 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES - APOIO A PROJETOS - DISTRITO FEDERAL.

0306 - PROMOVER PROJETOS AMBIENTAIS EM TODO DF.

0404 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES-APOIO AO PROJETO AMBIENTAL RECICLO-DISTRITO FEDERAL.

0304 - APOIO A PROJETOS, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA, CONSERVAÇÃO, CONTROLE, PROTEÇÃO E SANIDADE DOS ANIMAIS NO DF.

- **Os subtítulos, a seguir, não contaram com recursos orçamentários, mas foram executados por outros meios ou encontram-se em andamento na Unidade.**

0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL.

9667 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA - DISTRITO FEDERAL.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA-DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL.

0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL - PARQUES - DISTRITO FEDERAL.

0002 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO - DISTRITO FEDERAL.

0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL.

0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL.

0002 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF-- DISTRITO FEDERAL.

0007 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL.

2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - SEMA-DF - DISTRITO FEDERAL.

0301 - APOIO A REALIZACAO DE PROJETOS AMBIENTAIS.

0305 - CASTRAÇÃO DE ANIMAIS – 2024.

0308 - APOIO A PROJETOS DE MEIO AMBIENTE.

0001 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO - DISTRITO FEDERAL.

0020 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO – HVEP.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10763 - ACESSOS ÀS INFORMAÇÕES DO SISTEMA DISTRITAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (SISDIA)	UNIDADE		01/01/2001	Anual	72000,00	85000,00		X		X		X	BASE DE DADOS SISDIA
Justificativa: 2024 - O índice foi aferido por meio da contagem de acessos ao Sistema Distrital de Informações Ambientais.													
10776 - ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO	UNIDADE		01/01/2001	Anual	20000,00	17528,00		X		X		X	SUPAN
Justificativa: 2024 - No exercício de 2024, o indicador de atendimentos do serviço veterinário público foi afetado por limitações orçamentárias. A insuficiência no teto previsto na LOA ocasionou atrasos nos repasses financeiros, tornando necessária a solicitação de suplementações orçamentárias para viabilizar a continuidade das atividades. No intervalo entre a solicitação e a liberação das suplementações, houve redução temporária no serviço prestado, resultando em uma diminuição do número de atendimentos realizados. Dessa forma, o total de atendimentos atingiu 17.528, ficando abaixo da meta projetada de 20 mil para o ano.													
10824 - ÓRGÃOS DO GDF COM COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA IMPLANTADA	UNIDADE	20,00	01/12/2022	Anual	30,00	0,00		X		X		X	SEMA SUGARS
Justificativa: 2024 - A Sema deu continuidade ao acompanhamento e apoio à implantação da coleta seletiva na Administração Pública do Distrito Federal, convidando os servidores que compõem a Comissão Gestora da Coleta Seletiva Solidária das instituições do GDF a participarem da Capacitação em Coleta Seletiva Solidária realizada no dia 4 de dezembro de 2024, com participação de, aproximadamente, 100 servidores. Em cada semestre de 2024, foi disponibilizado às instituições o link para o preenchimento do Relatório de Coleta Seletiva Solidária. Esse instrumento tem como objetivo monitorar o progresso das iniciativas de coleta seletiva em andamento e incentivar a implantação da Coleta Seletiva Solidária nas instituições participantes. Atualmente, o relatório consolidado referente ao ano de 2024 encontra-se em fase de elaboração.													
10879 - ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO PLANTADAS, EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO	HECTARE	12000,00	01/12/2019	Anual	12040,00	12211,39		X		X		X	MAPA DE COBERTURA VEGETAL DO SOLO PUBLICADO PELA SEMA/DF
Justificativa: 2024 - Áreas plantadas e entregues, em 2024:* 40,39 hectares (Lago Norte, em 21 polígonos);* 42 hectares (Parque Ecológico do Paranoá);* 23 hectares (ARIE do Paranoá);* 13 hectares (Parque de Múltiplos Usos da Asa Sul);* 93 hectares (ARIE do Riacho Fundo).Total = 211,39 hectares.													
10957 - ÁREAS RECUPERADAS DE CERRADO	HECTARE		01/01/2001	Anual	6000,00	10000,00		X		X		X	ESTUDOS TÉCNICOS DA SEMA
Justificativa: 2024 - Mudanças plantadas no movimento "Dia de Plantar" - Decreto 44.606/23.													
10961 - FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS/TERMOS DE COMPROMISSO DE LOGÍSTICA REVERSA	PERCENTUAL		01/01/2001	Anual	1,00	1,00		X		X		X	SUGARS
Justificativa: 2024 - No âmbito da logística reversa, cuja coordenação é de responsabilidade desta Secretaria, foram realizadas importantes ações. Foi renovado o Termo de Cooperação com a cadeia de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos, representada pela Associação Brasileira de Eletroeletrônicos (ABREE), com prorrogação por mais dois anos. Esse termo consolida a logística reversa para esses resíduos, oferecendo Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) distribuídos por todas as regiões do Distrito Federal, além do serviço de retirada domiciliar para resíduos com peso superior a 30 kg.													
10965 - NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS DO PROGRAMA ANUAL DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS (APM)	UNIDADE		01/01/2001	Anual	2,00	3,00		X		X		X	SUGARS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
Justificativa: 2024 - Em 2024, o Programa Anual de Gestão e Monitoramento das APMs publicou a Portaria Conjunta nº 02' para a regularização fundiária, avançou na integração de dados ambientais pelo SISDIA e iniciou pesquisas com a CAESB e o IPEDF, para avaliar os impactos das APMs. Além disso, promoveu fóruns, reuniões técnicas e audiências públicas para conscientizar a sociedade e buscar investimentos para projetos focados nas metas de revitalização de áreas degradadas em APMs.													
10970 - NÚMERO DE ATENDIMENTOS A ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF NO PROGRAMA PARQUE EDUCADOR	UNIDADE		01/01/2001	Anual	5000,00	4101,00		X		X		X	SECEX
Justificativa: 2024 - O atendimento previsto de, no mínimo, 5.000 estudantes da rede pública de ensino do DF não foi alcançado em razão da variação do número de alunos, por turma. Esperava-se, em média, 40 alunos por turma, o que não foi atingido.													

PLANTIO DE MUDAS, POR ANO, VISANDO A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DO CERRADO, LOCALIZADAS DENTRO E FORA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DE ACORDO COM OS LEVANTAMENTOS TÉCNICOS DE ÁREAS DEGRADADAS.

MUDAS PLANTADAS NO MOVIMENTO "DIA DE PLANTAR" DECRETO - 44.606/2023.

Objetivo alcançado no ano de 2024, com o quantitativo disponível de 10.000 mudas.

6217 - SEGURANÇA PARA TODOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	120000,0	71602,00	68846,22	60991,02
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DF-DISTRITO FEDERAL	120000,0	71602,00	68846,22	60991,02
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PARA TODOS	120000,00	71602,00	68846,22	60991,02

No âmbito do programa 6217 - Segurança para Todos, instituído em conformidade com o Decreto nº 24.193, de 05 de novembro de 2003, foi criado o Programa Reinteg Cidadão, direcionado aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. O objetivo do programa é oferecer oportunidades de ressocialização e reinserção social, por meio do aprendizado de novas técnicas profissionais e da prestação de trabalho remunerado. Para atender às necessidades da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF), na execução de serviços, a SEMA conta com o apoio de três reeducandas participantes do Programa, ressocializadas do sistema prisional, que desempenham atividades de copeiragem.

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1000,0	172,00	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	15454143,0	19027856,00	18722719,88	18659737,88
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	15454143,0	19027856,00	18722719,88	18659737,88
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	711431,0	834931,00	827609,82	821709,82



9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	711431,0	834931,00	827609,82	821709,82
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2394030,0	2692820,00	2270723,06	1446660,45
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	2394030,0	2692820,00	2270723,06	1446660,45
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80000,0	42359,00	29333,32	25478,00
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	80000,0	42359,00	29333,32	25478,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1000,0	172,00	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000,0	172,00	0	0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	18641604,00	22598310,00	21850386,08	20953586,15

2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

O serviço é centralizado na SEEC e foi previsto para a nova sede da SEMA, cuja obra está em andamento e o projeto será executado no próximo exercício.

8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

A previsão inicial contemplava ações relacionadas com a alteração da estrutura administrativa do órgão, com criação de cargos, bem como nomeação de novos servidores, os quais foram frustrados por falta da ocupação dessas vagas e pessoas que não tomaram posse.

8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES

Devido ao que ocorreu no item anterior, a falta de ocupação de cargos para concessão dos benefícios, em especial o de auxílio alimentação, resultou na frustração da previsão de utilização dos recursos.

8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Nesse programa ocorreram obstáculos na utilização dos recursos para atender as necessidades de manutenção administrativa, tais como: concessão de diárias e passagem, aquisição de material de consumo, contratação de serviços, aquisição de material permanente. Nesse contexto, houve previsões de viagens que não se concretizaram, atrasos na obra para início do novo contrato de locação, frustração das contratações de bens de consumo e permanente planejadas, causando dificuldades para o alcance das metas previstas e transportando essas necessidades para o exercício seguinte.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O recurso desse programa resultou do encerramento do contrato de prestação de serviços de impressão (Outsourcing), o qual não foi possível realizar remanejamento em tempo hábil, ao encerramento do exercício.

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Os recursos desse Programa foram insuficientes para contratações de capacitação, o que está sendo planejado e desenvolvido para o exercício de 2025.



3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

PROJETO SISTEMA DE USINAS FOTOVOLTAICAS DO DISTRITO FEDERAL

(Ação não orçamentária, financiamento GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente | valor total: R\$ 4.341.722,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e dois s reais).

Objetivo: Fruição de créditos de energia em faturas de energia provenientes da geração de energia solar fotovoltaica gerada em sistema de geração localizado em quatro unidades de conservação - Parque Ecológico de Águas Claras (716 kWp), Parque Ecológico Ezechias Heringer (22,5 kWp), Parque Ecológico do Cortado (57 kWp) e Monumento Natural Dom Bosco (17,1 kWp), para abastecimento de prédios públicos do GDF, além da manutenção de duas unidades de carregamento de veículos elétricos, instaladas no Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) e no Jardim Botânico de Brasília (JBB), são de propriedade da SEMA.

Ação Desenvolvida: Arranjo com 5 instituições do GDF para a assinatura de Convênio, inauguração do Sistema em Águas Claras e instrumentalização dos artefatos para contratação de manutenção e seguro patrimonial das usinas.

Status da Realização: 100% realizada.

Observações: As usinas já estão implantadas e em funcionamento nas unidades de conservação do Distrito Federal e a etapa agora é para finalizar as exigências da Neenergia para a fruição dos créditos aos partícipes, bem como a conclusão da instrução dos artefatos de contratação para manutenção das unidades e contratação de seguro patrimonial, ainda aguardando a indicação de todos os partícipes para o estabelecimento da Comitê Gestor das Usinas.

Resultados Esperados/Obtidos: Economia e abatimento das contas de energia de até 80 prédios públicos.

Outros Órgãos Envolvidos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Instituto Brasília Ambiental, Fundação Jardim Zoológico de Brasília e Fundação Jardim Botânico de Brasília.

Informações Financeiras: Ação não orçamentária financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (da sigla em inglês GEF), por meio do projeto CITInova. Custou 4,3 milhões de reais.

A SEMA, como executora do Projeto CITInova no Distrito Federal, contratou por meio do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) a instalação de 4 (quatro) unidades de geração de energia solar fotovoltaica para atender prédios públicos do GDF, promovendo a diversificação da matriz energética e economia de recursos públicos. Os sistemas de energia fotovoltaica são de propriedade da Sema e foram instalados em quatro Unidades de Conservação geridas pelo Instituto Brasília Ambiental: Parque Ecológico de Águas Claras, Parque Ecológico do Cortado, Parque Ecológico Ezechias Heringer e Monumento Natural Dom Bosco. As três últimas citadas são estações instaladas em telhados e a unidade instalada no Parque Ecológico de Águas Claras é uma estação de solo.

O sistema tem potência total instalada de 812,6 kWp, sendo que a energia gerada é variável dependendo de fatores como insolação, quantidade de nuvens, limpeza e idade dos equipamentos, com pico de geração mensal de 109,77 MWh. O Sistema abastecerá 80 prédios públicos, incluindo todas as unidades de conservação do Distrito Federal, as sedes da Sema e do Brasília Ambiental, além dos prédios do Jardim Botânico de Brasília (JBB), Jardim Zoológico (JZB) e mais 10 escolas da rede de ensino público do Distrito Federal. Para ratear os custos com a operação, a Sema está firmando Convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SEE), Brasília Ambiental, JBB, JZB.

Como parte da estratégia de mobilização e sensibilização da sociedade, foi adquirida uma maquete física interativa com sistemas sensoriais e audiovisuais, que foi instalada no Parque Ecológico de Águas Claras. A maquete é um instrumento eficiente na representação visual no



processo didático em razão de múltiplos estímulos estarem associados a um conteúdo elaborado com foco nas orientações sobre o processo de geração de energia fotovoltaica e distribuição, oferecendo mais facilidade para compreensão do tema. Sua aplicação é sinestésica, contando com apresentações que se utilizam da gamificação associada à visão, a audição e o tato para diferentes sensações percebidas com foco em três propósitos: conhecimento, acessibilidade e inclusão.

Além disso, foi adquirido e instalado um contêiner, estrutura modular, para a lotação dos vigilantes durante os respectivos turnos de trabalho, bem como posto de observação/guarita para o monitoramento estático da usina fotovoltaica do Parque Ecológico de Águas Claras.

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

• COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA - DISTRITO FEDERAL

Programa da Coleta Seletiva Solidária (CSS), instituído no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF) por meio da Lei no 4.792/2012, regulamentada pelo Decreto no 38.246/2017, que estabelecem a obrigatoriedade de que os resíduos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal sejam destinados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Em cumprimento do Art. 4º do Decreto 38.246/2017 no que tange às competências desta Secretaria para a mobilização, sensibilização e orientação para a Coleta Seletiva Solidária, o estímulo à implantação da A3P, seu monitoramento e a avaliação das atividades, o Governo de Brasília, tem aplicado especiais esforços para que a Coleta Seletiva Solidária, seja implementada plenamente em todo o Distrito Federal. A Sema deu continuidade ao acompanhamento e apoio à implantação da coleta seletiva na Administração Pública do Distrito Federal, convidando os servidores que compõem a Comissão Gestora da Coleta Seletiva Solidária das instituições do GDF a participarem da Capacitação em Coleta Seletiva Solidária que será realizada no dia 4 de dezembro de 2024 com previsão de 120 participantes.

Até o presente momento, foi encaminhado em cada semestre, o link para o preenchimento do Relatório de Coleta Seletiva Solidária, instrumento preenchido por todas as instituições que tenham iniciativas de Coleta Seletiva em andamento, compondo o acompanhamento do progresso dessas iniciativas assim como o estímulo à implantação da Coleta Seletiva Solidária.

A Sema também refaz a cada evento, o convite a toda instituição que ainda não tenha iniciado a implantação da coleta seletiva, solicitando designar uma comissão de servidores que será responsável pelo planejamento, implantação e acompanhamento do programa no órgão. Todas essas instituições solicitam o apoio da SEMA para implantação do programa.

CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

• CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - DISTRITO FEDERAL - SIA

A SEMA-DF, inaugurou o Complexo Integrado de Reciclagem – CIR, em novembro de 2020, tendo sua operação iniciado imediatamente e atuando com cooperativas contratadas pelo SLU-DF para prestação de serviços de coleta seletiva e triagem de resíduos. Atualmente, o SLU possui 42 contratos com 31 cooperativas/associações de catadores, sendo 21 de coleta seletiva inclusiva e 20 de triagem, que somam cerca de 354 catadores, no Complexo, trabalhando no CIR, em horários intercalados, na triagem dos materiais e sua comercialização. No CIR, cerca de 354 catadores trabalham em horários intercalados, realizando a triagem dos materiais e sua comercialização. De acordo com o Relatório de Atividades do SLU referente ao período de janeiro a setembro de 2024, o CIR recebeu um total de 9.824,43 toneladas de resíduos. Nesse intervalo, foram realizadas 6.240 viagens para a entrega de resíduos seletivos. Gestão Compartilhada do Complexo Integrado de Reciclagem.

Em 2020 foi celebrado o Acordo de Cooperação 01/2020 - SEMA/SLU/CENTCOOP, firmado entre esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU e a Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP, para cooperação técnica administrativa e financeira com vistas à contratação de



assessoria técnica, capacitação e à gestão dos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e da Central de Comercialização. No âmbito do ACT 01/2020, a Sema deu continuidade às ações que visam o aprimoramento da gestão, produção, logística e comercialização das cooperativas bem como da Central de Comercialização. O referido ACT, foi renovado neste exercício com vigência de 48 (quarenta e oito) meses.

Execução do Contrato de Colaboração Financeira entre o BNDES e o GDF
Projeto - Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1, assinado pelo Governo do Distrito Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em execução pela Sema. A Sema/DF é responsável pela execução do contrato de colaboração financeira entre o GDF e o BNDES, celebrado em 2013, que prevê investimentos na construção das centrais de triagem, aquisição de equipamentos, assessoria técnica e capacitação.

Atualmente, o contrato entre GDF e BNDES encontra-se vigente, foi prorrogado até 07/2024, conforme a quarta prorrogação que ocorreu em 07/2025 (aditivado por 12 meses). Há tratativas para a celebração de Cooperação Técnica, Administrativa e Financeira entre os participantes SEMA/DF, SLU e CENTCOOP, com vistas a aquisição de maquinários/equipamentos para o Complexo Integrado de Reciclagem do Distrito Federal - CIR.

PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL

. PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL – SEMA – DF - DISTRITO FEDERAL

Programa de Trabalho 18.541.6210.3220.0003 – Publicação do Atlas Ambiental do Distrito Federal.

No tocante ao Atlas Ambiental do Distrito Federal, foi publicada uma versão digital no portal eletrônico do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA) em 2021. Contudo, não houve recurso orçamentário em 2024 para contratar a elaboração de conteúdo e produção da publicação impressa e em meio digital, em observância à Lei Distrital nº 3.944/2007, nas versões: (i) para sistema educacional e (ii) edição bilingue (português e inglês).

IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

. IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – SEMA – DF - DISTRITO FEDERAL

No tocante à implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), foi elaborado um parecer técnico com proposta de planejamento para a regulamentação dos diversos dispositivos da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019, em convergência às metas previstas no Plano Estratégico Distrito Federal 2060, revisado em 2023. Em 2024 não foram realizadas Reuniões Ordinárias da Comissão Distrital do ZEE-DF. Devido ao baixo quórum e à baixa adesão nas reuniões de 2023, foram feitas diligências processuais via SEI junto aos entes do Governo do Distrito Federal para a recomposição das representações da referida comissão.

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

. IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - DISTRITO FEDERAL

A SEMA realizou ações no que concerne a implementação da Política de Resíduos Sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal a partir de diversas frentes. Com a continuidade da operação do Complexo Integrado de Reciclagem, com os catadores de materiais recicláveis associados à Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP). Além disso, compete à SEMA a Coordenação do Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF, criado pela Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011 e instituído pelo Decreto nº 33.825, de 8 de agosto de 2012. O Comitê é composto de 13 membros, sete representantes do Poder Executivo, dois representantes da sociedade civil organizada e quatro representantes dos geradores, transportadores e recicladores, com sua última atualização de composição publicada na Portaria nº 14, de 24



de abril de 2023. O Regimento Interno é instituído pelo Decreto nº 35.142, de 06 de fevereiro de 2014.

Durante o ano de 2024, o CORC realizou 6 (seis) reuniões, que debateram diversos temas na pauta de resíduos sólidos de construção civil. Por meio desse Comitê, foi apreciado o Decreto que visa regulamentar a obrigatoriedade da utilização de materiais reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras públicas no Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital 6.982, de 29 de novembro de 2021 e dá outras providências. A proposta visa definir mercado para os reciclados da construção civil em obras no Distrito Federal, de forma a permitir a instalação de unidades de triagem e tratamento de RCC's pela iniciativa privada, possibilitando assim o encerramento definitivo do Aterro Controlado do Jóquei. Foi criada Câmara Técnica para promover estudos, análises e levantamentos de arcabouço técnico e legal para regulamentar a Lei Distrital no 6.312, de 27 de junho de 2019 – que dispõe sobre a priorização do uso de agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil em obras e serviços de pavimentação no Distrito Federal, que um parecer contendo os estudos realizados.

Firmado Acordo de Cooperação entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, e o Instituto Gestão Brasil, para a cessão da Plataforma PGRS Digital Gestão Pública visando modernizar a gestão dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS. Dessa forma, o Decreto nº 46.520, de 13 de novembro de 2024, instituiu o Sistema Eletrônico de Registro e Controle dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS Digital no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Através do Convênio nº 000013/2020 entre o Ministério do Meio Ambiente -MMA e SEMA, foram realizados os processos licitatórios e a entrega dos equipamentos para instalação de maquinário para a implantação do Sistema de Moagem, Lavagem, Secagem e Extrusão para PEAD-PP, Sistema de Trituração de vidro e equipamentos para tratamento de efluentes, para a melhoria dos processos de triagem e o beneficiamento de resíduos plásticos e vítreos processados. Dessa forma, ampliar operacionalmente a capacidade do CIR por via das cooperativas associadas em oferecer recicláveis em condições mais avançadas para sua comercialização, agregando valor aos produtos resultantes e potencial aumento da renda dos catadores.

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica 02/2024, entre SEMA, Centcoop e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil que tem como objeto o estabelecimento de condições de cooperação mútua visando a elaboração de projetos e outras peças técnicas de arquitetura e engenharia, inclusive planilha estimativa orçamentária, todos, preparatórios da pretensa licitação, a qual visa viabilizar a instalação de equipamentos de beneficiamento de resíduos sólidos no CIR.

Participação ativa na Comissão Técnica responsável por acompanhar, subsidiar e avaliar os produtos entregues para a revisão e atualização dos Planos PDGIRS e PDSB, vinculada ao Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal (CONSAB). As atividades incluíram a participação em reuniões convocadas pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, a apresentação de pautas relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos e a representação da SEMA nas sessões plenárias realizadas em 2024.

No âmbito da logística reversa, cuja coordenação é de responsabilidade desta Secretaria, foram realizadas importantes ações. Foi renovado o Termo de Cooperação com a cadeia de logística reversa de resíduos eletroeletrônicos, representada pela Associação Brasileira de Eletroeletrônicos (ABREE), com prorrogação por mais dois anos. Esse termo consolida a logística reversa para esses resíduos, oferecendo Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) distribuídos por todas as regiões do Distrito Federal, além do serviço de retirada domiciliar para resíduos com peso superior a 30 kg. Adicionalmente, estão em andamento tratativas para a assinatura do Termo de Compromisso relacionado à logística reversa de embalagens plásticas de óleos lubrificantes, que prevê a implantação de pontos de recolhimento e a emissão de certificados de destinação adequada. Também está em negociação a assinatura do Termo de Compromisso referente à logística



reversa de medicamentos, com a proposta de estabelecer pontos de recolhimento específicos para esse tipo de resíduo.

FORTELECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF

• FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF - DISTRITO FEDERAL

Comitê de Gestão e Monitoramento de Áreas de Proteção de Manancial
Publicação PORTARIA CONJUNTA Nº 02, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024
As Áreas de Proteção de Mananciais (APMs) foram criadas para assegurar a disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, destinada ao abastecimento público, preservando o equilíbrio ecossistêmico por meio de ações de conservação e promoção do uso sustentável. Essas medidas são implementadas sem prejuízo das atividades realizadas pela concessionária de serviço público responsável pela captação e distribuição de água.

A criação do Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais (APMs), por meio da Portaria Conjunta nº 04/2020, tem como objetivo subsidiar os trabalhos da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), conforme disposto no art. 99 do PDOT/DF.

Com vistas a agilizar o processo de regularização fundiária nas Áreas de Proteção de Mananciais, a Portaria Conjunta nº 02, de 21 de fevereiro de 2024, regulamenta a regularização de terras públicas rurais nessas áreas. A execução, conduzida pela ETR S.A. em parceria com a SEAGRI, exige anuência prévia dos órgãos gestores e cumprimento de critérios como registro no CAR, observância ao PDOT, adoção de práticas sustentáveis e saneamento rural adequado.

A fiscalização e o monitoramento são assegurados por meio de sistemas de acompanhamento e reuniões periódicas que envolvem os órgãos responsáveis e o Comitê de Gestão das APMs, garantindo a eficiência e a conformidade das ações com os objetivos de preservação e sustentabilidade.

Regulação e Gestão dos Recursos Hídricos

Publicação Resolução nº 03, de 19 de junho de 2024

A Resolução nº 03/2024 do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no DF, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e a Política Distrital de Recursos Hídricos (Lei nº 2.725/2001). O principal objetivo da medida é promover a racionalização do uso da água, reconhecer seu valor econômico e assegurar recursos financeiros para a implementação dos Planos de Recursos Hídricos e revitalização das bacias.

O documento define termos técnicos como "carga de lançamento de efluentes medida" e "volume medido", além de detalhar os mecanismos e valores de cobrança, que variam conforme o volume de água utilizado e a carga de efluentes lançada. Entre os objetivos principais estão o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e a execução de ações voltadas à conservação e recuperação das bacias hidrográficas do Distrito Federal.

A resolução também prevê isenção para usos considerados insignificantes e estabelece diretrizes claras para a definição dos valores a serem cobrados. Além disso, determina o reajuste anual dos valores com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e a revisão periódica a cada cinco anos, garantindo a atualização contínua das condições de cobrança e gestão.

REALIZAÇÃO DO PROJETO SEMANA DO CERRADO

• Realização do projeto virada do Cerrado - Distrito Federal - Parques - Distrito Federal.

As comemorações do Dia do Cerrado, anualmente em 11 de setembro. A Lei Distrital 4.939/2012 institui a Semana do Cerrado no DF que ocorre contemplando de setembro. Busca promover a conscientização e valorização deste bioma único, considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo. A programação conta com atividades educativas, culturais e



interativas, todas voltadas para engajar a população na proteção e preservação do Cerrado, destacando sua importância para o equilíbrio ecológico e para as comunidades que dependem dele. Entre as atividades promovidas, destacou-se a ação educativa voltada para a conscientização de 700 crianças, do 1º ao 9º ano, sobre os incêndios florestais, um tema de extrema relevância para a preservação do bioma. Outra ação foi a mostra audiovisual do Programa Parque Educador Digital, que oferece atividades de educação ambiental e patrimonial para a garotada em celebração à Semana do Cerrado, cerca de 150 crianças e adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal participaram de uma programação voltada à preservação do maior bioma do Brasil, o Cerrado, no Parque Ecológico de Águas Claras. A SEMA em parceria com a SEEDF e o Instituto Amazônia no Cerrado, promoveu evento de lançamento do I Concurso de Redação "Amazônia e Cerrado na Ponta do Lápis". A iniciativa visa despertar nos jovens o interesse por temas como meio ambiente, sustentabilidade e mudanças climáticas no contexto dos dois biomas. Recursos financeiros por conta do Instituto Amazônia no Cerrado, apoio logístico e operacional da SEMA/DF e da SEEDF. No Dia Nacional do Cerrado os servidores da Assessoria em Educação Ambiental e Cidadania participaram do 6º Fórum Permanente de Educação Ambiental, o evento, que teve como tema principal 'Tecnologias e Inteligência Artificial para a Sustentabilidade', reuniu especialistas e professores para discutir novas abordagens pedagógicas e práticas sustentáveis.

• **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA/DF**

Prevista na Lei distrital nº 3.833/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 31.129/2009, a CIEA/DF é um grupo de trabalho de caráter democrático, consultivo e deliberativo, que tem por finalidade promover a discussão, a gestão, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação, bem como a implementação das atividades de educação ambiental no Distrito Federal. A Secretaria Executiva da CIEA/DF está vinculada ao Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão executor da política ambiental do Distrito Federal. Em agosto de 2024 ocorreu a formação MonitoraEA, o objetivo é socializar as reflexões e aprendizados do encontro presencial junto aos outros representantes da CIEA/DF.

DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

- Representação da Sema nos colegiados atuantes a respeito das unidades de conservação:

a) Reserva da Biosfera do Cerrado no DF - O Programa consiste em atribuir a porções representativas dos diversos ecossistemas o título de Reservas da Biosfera. Estas são áreas de ambientes marinhos ou terrestres, representativos, reconhecidos internacionalmente pelo seu valor para a conservação ambiental e para o provimento do conhecimento científico, da experiência e dos valores humanos com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável. As reservas devem cumprir três funções básicas: a conservação da biodiversidade, das paisagens e da cultura; o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental; e o apoio logístico à pesquisa, ao monitoramento e às ações em prol do desenvolvimento.

b) ARIE Granja do Ipê - O projeto tem como objetivo fomentar os esportes e a recreação em trilhas ecológicas; Promover a conectividade entre a ARIE Granja do Ipê e a região através dos Caminhos Candangos; Valorizar aspectos ambientais, culturais e históricos da região; Criar espaços para a educação ambiental; Incentivar o turismo solidário e o desenvolvimento sustentável, além da criação de duas trilhas específicas na ARIE Granja do Ipê.

c) Parque Ecológico Burle Marx - O Parque Ecológico Burle Marx funcionará como um elemento contribuidor para as trocas gênicas, já que possui ecótonos ativos, bem como, para a disseminação de conhecimento ambiental por meio de atividades de educação e conscientização, logo confluindo para a preservação, de forma indireta, do Parque Nacional de Brasília, influenciando no tamponamento necessário.

d) Integrado APA Descoberto – FLONA Brasília - a APA Bacia do Rio Descoberto tem como objetivo principal, proporcionar o bem-estar futuro das populações do Distrito Federal e de parte do Estado de Goiás, bem como assegurar condições ecológicas satisfatórias às represas



da região. Neste contexto, o objetivo principal da APA Bacia do Rio Descoberto é a proteção do lago do Descoberto e dos mananciais hídricos que o formam.

- Representação da Sema nas Comissões de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMAS
O principal objetivo é promover a participação da sociedade civil organizada junto às Administrações Regionais (RAs) nos processos de planejamento, controle e fiscalização do uso racional dos recursos ambientais locais, visando a preservação e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Atua no fortalecimento das ações de controle ambiental, por exemplo, promovendo campanhas de conscientização e educação ambiental para a população, orientando sobre práticas sustentáveis, incentivando a denúncia de infrações ambientais e estimulando a adoção de medidas preventivas. A comissão também auxilia na elaboração e revisão de normas e regulamentos locais relacionados à proteção ambiental, visando a melhoria contínua das políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos naturais. A criação da comissão contribui para o fortalecimento da fiscalização e do controle ambiental nas regiões de Ceilândia, Estrutural, Candangolândia, Riacho Fundo 1, Jardim Botânico e Sudoeste resultando na proteção dos recursos naturais, na prevenção de danos ambientais e na promoção da sustentabilidade local.
- Representação da Sema em comissões junto ao Ministério do Meio Ambiente:
 - a) Cadastro Ambiental Rural – Programa de Regularização Ambiental da Propriedade Rural – CAR-PRA - Representação da SEMA DF no Cadastramento Ambiental Rural. O cadastro serve para promover a regularização ambiental dos imóveis rurais que permitirá a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação, além do planejamento ambiental e econômico de propriedades rurais. Seu objetivo é integrar as informações ambientais das propriedades rurais, entre elas áreas de preservação permanente (APPs), reserva legal e remanescentes de vegetação nativa.
 - b) ABEMA – Prevenção e Combate ao Desmatamento, Biodiversidade - Representação da SEMA DF na Prevenção e Combate ao Desmatamento e Biodiversidade. A ABEMA tem como objetivo principal o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH). Além disso, promove a participação da sociedade nos mecanismos de Gestão Ambiental e na articulação com os demais setores para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável. Promover a incorporação da variável ambiental nas estratégias de crescimento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.
 - c) CONAREED - Representação da SEMA DF na CONAREED. A comissão irá gerir a implementação do mecanismo REDD+, sigla em inglês para Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal. Coordenar, acompanhar, monitorar e revisar a Estratégia Nacional para REDD+, além de gerir a elaboração dos requisitos para o acesso ao pagamento por resultados.
 - d) Monitoramento da Qualidade do Ar - A qualidade do ar está intimamente ligada ao clima e ecossistemas, tornando o controle da poluição atmosférica em um dever para a manutenção da vida na terra. Diante da vulnerabilidade da população Brasileira, ações claras são essenciais para a gestão da qualidade do ar, utilizando estratégias transversais, em escalas municipal, estadual e nacional. Neste sentido, em 2024, foi instituída a Política Nacional de Qualidade do Ar, com intuito de realizar a elaboração anual do "Relatório de Avaliação da Qualidade do Ar", ficando a cargo do MMA a compilação das informações disponibilizadas pelos órgãos ambientais estaduais e distrital. O relatório apresenta o número de estações de monitoramento da qualidade do ar no Brasil, sua distribuição e abrangência espacial, tipos de poluentes analisados, população e usos do solo cobertos pelo monitoramento.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES

• IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DF NOS PARQUES-DISTRITO



O Programa DF nos Parques foi instituído pelo Decreto nº 44.608 de 07 de junho de 2023, e tem como finalidade aprimorar e ampliar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal. Além disso, possui os seguintes objetivos específicos:

- Promover o uso público sustentável dos parques e demais unidades de conservação do Distrito Federal;
- Incentivar serviços e atividades públicas voltados à sustentabilidade ambiental, à saúde, à educação, ao esporte, ao turismo, à cultura, ao trabalho e à assistência social, dentre outros, a fim de melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal;
- Realizar parcerias entre o Governo do Distrito Federal, organizações da sociedade civil e do setor produtivo para a realização de cursos, palestras, seminários, oficinas, atividades esportivas, culturais, ambientais, dentre outras, nos parques e demais unidades de conservação do Distrito Federal;
- Estimular a população do Distrito Federal e, principalmente, os residentes no entorno dos parques e unidades de conservação a frequentar estes espaços, bem como aumentar a assiduidade de seus usuários, a fim de que cooperem com sua proteção e uso sustentável.

Projeto de Manutenção e Monitoramento de Áreas de Plantio no Cerrado. O Edital de Chamamento Público 001/2024 visa contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC) para manutenção e monitoramento de áreas plantadas em unidades de conservação do Distrito Federal e em seu entorno próximo, áreas de influência para o abastecimento do Lago Paranoá e áreas de preservação permanente (APPs) da Orla Norte e Sul do Lago Paranoá, utilizando recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal. O processo está em fase de seleção.

- **Raízes do Amanhã: Espécies Nativas de Valor Econômico**

O projeto tem como objetivo promover o uso sustentável das espécies nativas da flora brasileira com valor econômico atual ou potencial, destacando nesta edição as espécies características do Centro-Oeste. O objetivo é identificar e priorizar essas espécies para que possam ser utilizadas tanto por pequenos agricultores, como novas opções de cultivo, quanto pelo setor empresarial, como oportunidades de investimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região. O foco será nas espécies nativas do Centro-Oeste, que apresentam grande potencial para uso em diversas áreas, como alimentação, medicina, cosmética, ornamentação e outros segmentos de mercado.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA

- **Projeto Manutenção e enriquecimento de áreas em processo de recomposição da flora nativa na Orla do Lago Paranoá, Brasília, (DF)**

Projeto executado pelo Instituto Perene. (Financiamento privado não orçamentária: R\$ 1.000.000,00 - um milhão de reais).

Objetivo: Realizar ações de manutenção, enriquecimento de áreas em processo de recomposição da flora nativa na Orla do Lago Paranoá, Brasília/DF e novos plantios em 286 hectares de áreas em processo de recuperação na Orla do Lago Paranoá, abrangendo a continuidade dos 75 hectares implantados com recursos do Fundo Único do Meio Ambiente entre 2019 e 2022 e o acréscimos de 211 hectares em novas áreas, incluindo os 40 hectares da Orla Norte implantados pelo Instituto Espinhaço e mais 171 implantados em unidades de conservação - Parque Ecológico Paranoá, Arie do Paranoá, Arie Riacho Fundo e o Parque de Múltiplos usos da Asa Sul.

Ação Desenvolvida: Preparação do solo, enriquecimento das áreas com plantio de mudas e sementes, manutenção, monitoramento e ações de educação ambiental.
Status da Realização: Totalmente Realizado, encerrada em junho de 2024.
Resultados Esperados/Obtidos: Áreas mantidas, monitoradas e em processo de recuperação.
Outros Órgãos Envolvidos: Instituto Brasília Ambiental e Novacap.
Informações Financeiras: Ação não orçamentária financiada pela empresa Cargill.
Observações: Foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2022 entre o Distrito



Federal, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), o Instituto Brasília Ambiental e a Organização da Sociedade Civil, Instituto Perene. O objetivo da parceria é promover a continuidade da manutenção das áreas em processo de recuperação. A parceria não envolve recursos públicos - financiada pela Cargill - e a execução física é monitorada pela Sema e pelo Brasília Ambiental. O plano de trabalho envolveu ações de enriquecimento nas áreas dos 286 hectares com semeadura direta e replantio de mudas, além de ações de mobilização e educação ambiental. O primeiro produto da parceria foi o diagnóstico e avaliação da situação de 75 hectares de áreas alteradas em processo de recuperação, contando com a caracterização física e ambiental, avaliação dos avanços na recuperação e situação atual dos plantios feitos para a proposição das medidas de manutenção e enriquecimento das áreas plantadas, a partir de consórcios semeadura, adubação verde e mudas nativas. Essas áreas foram implantadas entre 2020-2022 com recursos do Fundo Único do Meio Ambiente - Funam.

Em junho de 2023 foi assinado o Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº 01/2022, que estendeu o prazo da vigência da parceria até junho de 2024. Na proposta o Instituto Perene incluiu no Plano de Trabalho do aditivo a continuidade das ações de manutenção nos 75 hectares na Orla Sul e nos 40 hectares da Orla Norte (após conclusão dos trabalhos do Instituto Espinhaço) e o acréscimo de novas áreas para plantio de 171 hectares, totalizando 286 hectares distribuídas entre as Orlas Sul (75), Norte (40), ARIE Paranoá (23), Parque Ecológico do Paranoá (42), ARIE Riacho Fundo (93) e Parque da Asa Sul (13).

Foram plantadas cerca de 42 mil mudas e cerca de 550 mil sementes (10 sementes por cova) em todos os 286 hectares de áreas abrangidas pelo projeto. Além dos plantios, o Instituto promoveu duas atividades de educação ambiental em 2024: a primeira atividade com estudantes ocorreu dia 22/03/2024, no Parque Ecológico do Paranoá com estudantes do 5º ano (de 10 a 11 anos) da Escola Classe Aspalha, uma escolinha rural localizada nas proximidades da Serrinha do Paranoá. As atividades tiveram início com a contação de histórias do "Seu Cachu", histórias que buscam ensinar sobre a proteção da flora e fauna do Cerrado e dos recursos hídricos, após isso houve uma breve explicação teórica de como eram preparados o terreno e os berços para plantio e como deveriam ser plantadas as mudas e semeadas as sementes, após a explicação teórica, os representantes do Instituto Perene, representantes da Sema - DF, alunos e professores, partiram para a prática onde aprenderam sobre todo o processo e praticaram o plantio da muda.

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO

Projeto Recupera Cerrado – Recuperação das APPs da Orla Norte | Financiamento via Fundação Banco do Brasil

Projeto executado pelo Instituto Espinhaço. (Ação não orçamentária | Valor Total: R\$ 1.388.412,91 - um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e noventa e um centavos).

Objetivo: Ações de plantio e manutenção de mudas nativas do cerrado visando a recuperação de áreas desastadas na Orla Norte do Lago Paranoá na área de preservação permanente (APPs) e unidades de conservação.

Ação Desenvolvida: Plantio de mudas do cerrado em 21 polígonos selecionados na nas APPs Orla Norte em 40,39 hectares.

Status da Realização: Totalmente Realizado, encerrada em março de 2024. Observações: Desde 2020 a Sema, por meio da Suest, vem acompanhando a execução do projeto Recupera Cerrado. Através da parceria firmada pelo Acordo de Cooperação assinado entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Brasília Ambiental e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal (Sema), o Instituto Espinhaço realizou ações de recuperação em 40 hectares ao longo das APPs da Orla Norte.

Sob a coordenação do Brasília Ambiental, com a participação da Sema e da FBB no acompanhamento da execução, o projeto é uma continuidade ao projeto de recuperação de danos nas Áreas de Proteção Permanente (APP) iniciado na orla sul do Lago Paranoá.



Os projetos de recuperação na orla do Lago Paraná atendem parte da demanda da Ação Civil Pública nº 2005.01.1.090580-7 que imputou ao Governo do Distrito Federal a recuperação das APPs ao longo da orla do Lago Paranoá. Em 2021 foi feita a indicação das áreas a serem selecionadas para o plantio, com base no Diagnóstico da Orla Norte fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente – desenvolvido em parceria com o Instituto Rede Terra e financiado pelo Funam. Em 2023 o projeto deu continuidade aos plantios iniciados em 2022. A previsão de finalização do projeto era para junho de 2023, porém houve aditivo de prazo até março de 2024. As ações de plantio foram finalizadas totalizando 14.746 mudas do Cerrado plantadas em 40,39 hectares em 23 polígonos ao longo da Orla Norte. Além das ações de planejamento, preparação do solo, plantio e manutenção, foram realizadas ações de educação ambiental, incluindo também a confecção de placas informativas e educativas.

As ações envolviam a conscientização da população sobre o uso correto e seguro das APPs da orla norte do Lago Paranoá e demais áreas protegidas, indicando seus usos múltiplos, além da publicação nas redes sociais e imprensa das ações do projeto. As ações, foram realizadas com instituições parceiras (Fundação Banco do Brasil, Administração Regional do Lago Norte), além de moradores do entorno das áreas atendidas pelo Projeto e alunos do Centro de Ensino do Lago Norte (CELAN) da Rede Pública indicada pela Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do GDF.

Foram realizados 3 plantios voluntários para mobilizar população e os voluntários do Branco do Brasil ao longo da execução, envolvendo no total, em torno de 700 pessoas. Além disso, foram realizadas 4 ações com alunos da escola CELAN do Lago Norte, apresentando-lhes todo o processo de plantio, incluindo oficina de sementeira, oficina de transplantio de mudas, oficina de plantio na Orla e palestras. Resultados Esperados/Obtidos: Áreas implantadas e em processo de recuperação. Outros Órgãos Envolvidos: Instituto Brasília Ambiental e Fundação Banco do Brasil (FBB). Informações Financeiras: Ação não orçamentária com recursos oriundos de parceria com a Fundação Banco do Brasil - ação não orçamentária | Valor Total: R\$ 1.388.412,91 - um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e noventa e um centavos).

Projeto Proposta criação da Medalha Ezequias Heringer (Decreto)

A instituição da Medalha Mérito Ambiental Professor Ezechias Heringer visa prestigiar pessoas físicas e/ou jurídicas comprometidas com a causa ambiental geral e no Distrito Federal e que tenham dado relevante contribuição ao fortalecimento do Distrito Federal, enquanto ente federativo. O objetivo é valorizar pessoas, empresas e organizações da sociedade civil ativas e mobilizadas na proteção ambiental, de forma a valorizar o empenho desses agentes sociais na promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e no fortalecimento dos atributos naturais próprios do Distrito Federal, com fulcro no art. 278 da Lei Orgânica do DF.

Resultados Esperados/ Obtidos: A outorga da premiação destinada a empoderar os protetores ambientais, a nível distrital, bem como os envolvidos com a causa geral do meio ambiente, estimula a participação de múltiplos atores sociais em projetos sustentáveis locais ou não, visando à condecoração de trabalhos que primam pela melhoria da sustentabilidade social, econômica e ambiental do território do Distrito Federal e do país. A proposta visa condecorar até 100 pessoas físicas e/ou jurídicas por ano com a Medalha Ezequias Heringer.

Outros Órgãos Envolvidos: Casa Civil e Secretaria de Economia. Informações Financeiras: Estima-se um custo anual com a aquisição das medalhas da ordem de R\$ 7.944,00 (sete mil novecentos e quarenta e quatro reais).

GESTÃO DA FAUNA

- **Editais de Chamamento publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 136, em 18 de julho de 2024**

Tem como objeto chamamento público de organizações da sociedade civil (OSC) para, em parceria com o Brasília Ambiental e Secretaria de Saúde, a realizar estudo de monitoramento e proposta de manejo de capivaras e carrapatos associados a ações



de educação ambiental e em saúde no território do Distrito Federal pelo período de 36 meses.

- **Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais - CETAS/DF**

Gestão compartilhada do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama no Distrito Federal (Cetas/DF), por meio de apoio técnico e operacional, incluindo atividades de capacitação e educação ambiental. Parceria com Ibama, Brasília Ambiental e FJZB. Público alvo: população do DF. O projeto está em andamento, não há fonte de recursos financeiros.

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

- **Acordo de Cooperação Técnica da SEMA com Universidade do Distrito Federal (UnDF)**

A Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024, que formalizou uma parceria entre diversas instituições públicas e privadas para a implementação do Projeto Produtor de Água no Descoberto, com foco na bacia hidrográfica do Alto Rio Descoberto, abrangendo tanto o Distrito Federal quanto o estado de Goiás.

A área de abrangência do projeto contempla toda a bacia hidrográfica, com 452 km², sendo 70% localizada no Distrito Federal (Brazlândia e Ceilândia) e 30% em Goiás (Padre Bernardo e Águas Lindas).

O principal objetivo do acordo é promover a proteção dos mananciais, a recuperação ambiental e a sustentabilidade das propriedades rurais, por meio de práticas como conservação de água e solo, recuperação florestal, saneamento rural e incentivos financeiros aos produtores que aderirem voluntariamente ao projeto.

Nesse contexto, o Programa Produtor de Água (PPA) visa incentivar a conservação dos recursos hídricos, assegurando a qualidade e quantidade de água para múltiplos usos. O diferencial da iniciativa está em sua adesão voluntária, em que os produtores contratados adotam práticas e manejos conservacionistas, utilizando técnicas mecânicas e vegetativas para a conservação do solo e da água.

No dia 22 de março de 2024, foi lançado um Edital de Chamamento Público para a contratação de produtores(as) rurais, com o objetivo de implementar ações de conservação de água e solo na bacia hidrográfica, reforçando os objetivos do Projeto Produtor de Água no Descoberto.

- **I Concurso de Redação - Mudança Climática e suas consequências nos Biomas Amazônia e Cerrado**

O Concurso de Redação, visa selecionar e premiar as três melhores redações elaboradas por estudantes do 9º ano das Escolas Públicas do DF. Busca despertar nos estudantes o interesse pelo Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudanças Climáticas no contexto dos Biomas Amazônia e Cerrado. Recursos financeiros por conta do Instituto Amazônia no Cerrado, apoio logístico e operacional da SEMA/DF e da SEEDF.

- **Parque Educador**

É uma cooperação entre a SEMA/DF, a Secretaria de Educação (SEE/DF) e o Instituto Brasília Ambiental, com o objetivo de promover atividades pedagógicas com estudantes da rede pública nas Unidades de Conservação, pautadas na Educação Ambiental e Patrimonial. Os recursos provêm da Secretaria de Educação, do Brasília Ambiental e de emendas parlamentares executadas pela SEMA/DF. Já atendeu mais de 17 mil estudantes de 300 escolas públicas. Acordo firmado até 2029. O Programa atendeu um total de 4.101 estudantes de 136 escolas da rede pública em 21 Regiões Administrativas do DF no ano de 2024.

- **Projeto de Educação Ambiental no Rio Melchior submetido ao EDITAL Nº 01/2024 PROGRAMA DESAFIO-DF - 2024.**

A proposta visa realizar pesquisas e sensibilizar os cidadãos sobre a situação do Rio Melchior, considerando a importância de suas comunidades circunvizinhas para construírem



conhecimentos, atitudes, habilidades e interesse ativo nas questões relacionadas à sustentabilidade. O projeto foi submetido à FAPDF por esta SEMA/DF e encontra-se em análise.

- **I encontro presencial dos membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental da Abema (CT Educa)**

A CT está trabalhando em um planejamento de atividades para o cumprimento dos indicadores supramencionados com previsão para início em 2025. O intuito é cumprir a legislação, seguindo a recomendação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para uma educação ambiental contínua e permanente buscando a estruturação das Políticas Públicas de Educação Ambiental nos estados. No encontro os representantes dos estados apresentaram seus projetos e ações de Educação Ambiental desenvolvidos em seus respectivos órgãos no ano de 2024.

FÓRUM - PROTEGENDO O CERRADO

No dia 04/06/2024, foi realizado o I Fórum Integrado sobre Meio Ambiente, com o tema "Protegendo o Cerrado". O evento aconteceu das 8h30 às 12h30, no Auditório do UniCeub, na Asa Norte, e teve como objetivo discutir e promover a proteção do Cerrado, um dos biomas mais importantes e ameaçados do Brasil. A iniciativa buscou envolver a comunidade, aumentar a conscientização e incentivar mudanças de comportamento em relação à preservação ambiental. O público-alvo incluiu estudantes, professores, pesquisadores, ambientalistas, gestores públicos, empresários, ONGs e demais interessados em contribuir para a proteção do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade no Distrito Federal.

PUBLICAÇÃO DO PLANO ESTRUTURANTE DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE APM E O DIAGNÓSTICO DAS APMs DO DF

(<https://www.sema.df.gov.br/areas-de-protecao-de-mananciais-apm-plano-e-diagnostico/>)

PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- **REALIZAÇÃO DO FÓRUM DO SISTEMA DISTRITAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS**

Conforme o Decreto 37.549, de 15 de agosto de 2016, é de competência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/DF: A Coordenação Geral do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, as articulações necessárias ao treinamento do pessoal envolvido com as ações do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) e o secretariado do PPCIF. Além de consolidar em um relatório global as informações constantes nos "relatórios sobre registros e ocorrências de incêndios, atividades preventivas e de combate aos incêndios desenvolvidas" pelas administrações das Unidades de Conservação e demais órgãos executores do Plano.

A intenção da realização do Fórum, em conformidade com o Parágrafo único do Art. 19. do Decreto nº 37.549, de 15 de agosto de 2016, era de democratizar e compartilhar informações e discussões sobre as ações dos órgãos integrantes do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no DF. Eventos como esse visam consolidar informações e promover debates junto à comunidade e instituições afetas à questão, com a finalidade de debater e avançar no tema, cujas conclusões servirão de subsídios à elaboração do programa de trabalho para o ano subsequente. No ano de 2024, o Fórum foi realizado no dia 28/11 na Escola de Governo do Distrito Federal.



Coordenar o Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - SDPCIF/DF

O sistema instituído por meio do Decreto nº 37.549, de 15/08/2016, tem como objetivo promover a articulação interinstitucional visando à otimização dos recursos humanos e materiais para execução do Plano de Ação de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, doravante denominado PPCIF. Como coordenadora do Sistema, cabe à SEMA/DF:

1. a coordenação geral do Sistema Distrital de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
2. as articulações necessárias ao treinamento de pessoal envolvido com as ações do PPCIF, e
3. o secretariado do PPCIF.

Dentro desse contexto, no ano de 2024 foram executadas as seguintes atividades pelos órgãos executores e colaboradores na execução do PPCIF:

- Aceiros Mecânico UCs da APA Gama e Cabeça de Veado
- APA Gama e Cabeça de Veado
- Aceiros Negros

Curso de Capacitação aos servidores e brigadistas dos órgãos que executam o PPCIF

No ano de 2024 foram realizados 2 cursos de Sistema de Comando de Incidentes (SCI), sendo um Básico e um Intermediário e 1 curso de motosserras realizados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e 2 Cursos de Manejo e Resgate de Fauna em Incêndios Florestais, realizados em parceria com o Jardim Zoológico de Brasília.

COMISSÃO DO DIA DE PLANTAR UMA MUDA NATIVA DO CERRADO

Criado pelo Decreto 44.606/23, o Dia de Plantar tem como objetivo a conscientização e o engajamento da população na proteção e conservação do cerrado através do plantio de mudas nativas do bioma. Mobilização da sociedade para plantar 10.000 mudas nativas do cerrado no primeiro domingo de dezembro de 2024. A ação se realiza todos os anos e busca a interiorização da cultura de plantio de mudas pela população do Distrito Federal. Diversas ações distribuídas em vários pontos do DF contribuíram com a execução e sucesso da proposta.



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA SEMA COM A UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UnDF)

Tem como objetivo estabelecer condições de cooperação mútua entre a SEMA e UnDF no desenvolvimento de ações estratégicas no contexto da Política Pública Ambiental do DF e sua relação com ensino, pesquisa e extensão. Algumas das ações promovidas pela SEMA para cooperação da parceria, foi a visita técnica dos estudantes de Gestão Ambiental à Usina Fotovoltaica de solo, instalada no Parque Ecológico de Águas Claras, a atividade proporcionou aos alunos uma visão prática sobre os benefícios, tecnologia e acesso à energia solar, além de eficiência energética e sustentabilidade. Membros da UnDF também participaram do II Seminário Dia de Plantar, e do Fórum de Prevenção e Combate à Incêndios Florestais. Acordo iniciado em junho de 2024.



CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - CONAM

O CONAM/DF é órgão, consultivo, deliberativo e normativo sobre as questões relacionadas ao meio ambiente do Distrito Federal, é gerido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF, e presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente do DF. O Conselho possui Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. Em sua estrutura administrativa de pessoal, dispõe de uma Diretora de Colegiados e de um assessor técnico para auxiliar nas tarefas da DICOL, que é responsável pela secretaria executiva do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF.

Para o pleno funcionamento do CONAM/DF a DICOL desenvolve as atividades de secretaria executiva do Conselho e da Câmara Julgadora de Autos de Infração, CJA/CONAM/DF, com competência para julgar, em terceira e última instância recursal, os recursos impetrados contra a decisão de segunda instância nos autos de infração ambiental, e também das Câmaras Técnicas - CT e dos Grupos de Trabalho - GT do CONAM/DF, cumprindo e fazendo cumprir seu regimento. Entre as competências da secretaria executiva estão as de instruir



processos e encaminhar ao Presidente e ao Plenário do Conselho, instruir as deliberações da CT e GTs; publicando no Diário Oficial do Distrito Federal as deliberações do Conselho: resoluções, decisões, moções e as atas, e da Câmara Julgadora de Autos de Infração: julgamentos e notificações. A DICOL também é responsável pela preparação dos expedientes das reuniões do Pleno, da CJAÍ e das CTs, organizando a pauta das reuniões para aprovação do Presidente; enviando as convocações de reuniões e a pauta aos conselheiros e coordenando as reuniões Plenárias, com a guarda dos arquivos, publicação das deliberações no Diário Oficial e disponibilização de informações no sítio eletrônico da SEMA/DF.

O CONAM/DF é um órgão normativo, consultivo e deliberativo, de 2ª grau, composto, paritariamente, por 40 instituições do Poder Público e da Sociedade Civil. Em 2024 realizou seis (6) Reuniões Ordinárias do Pleno e quatro (4) Reuniões Extraordinárias, das quais resultaram vinte e oito (28) Decisões e uma (1) Resolução. Destacam-se entre as deliberações do CONAM/DF em 2024:

- Aprovou a Resolução que padroniza o Licenciamento Ambiental de coprocessamento em fornos clínquer no Distrito Federal.
- Aprovou o prosseguimento pelo Brasília Ambiental, do rito de licenciamento ambiental do parcelamento do solo urbano denominado Reserva do Parque.
- Aprovou o prosseguimento pelo Brasília Ambiental, do rito de licenciamento ambiental do parcelamento do solo urbano denominado Residencial Tamanduá.
- Constituiu Grupo de Trabalho para estudo e modernização do arcabouço legal do uso e ocupação do solo.
- Deliberou sobre os Julgamentos CJAÍ, em acordo com o artigo 18 do Decreto 38.001/2017.
- Deliberou sobre a importação de resíduos de outras unidades da federação para coprocessamento em fornos de clínquer no DF.
- Deliberou sobre o prosseguimento do licenciamento ambiental de mineradoras no DF.

PROJETO CITInova| Financiamento via Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês)

O Projeto CITInova - Planejamento Integrado e Tecnologias para cidades Sustentáveis foi um projeto multilateral realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). No Distrito Federal foi executado pela Sema e gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com duas frentes de ação: Planejamento Urbano Integrado e Investimento em Tecnologias.

Os objetivos principais foram: desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e oferecer metodologias e ferramentas de planejamento urbano integrado para apoiar gestores públicos, incentivar a participação social e promover cidades mais justas e sustentáveis. As ações do Projeto CITInova foram executadas de outubro de 2018 até outubro de 2023, entre elas, medidas voltadas para implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA); implantação de uma governança climática; diagnóstico da contaminação e remediação do Lixão da Estrutural; implantação de boas práticas, pesquisas e inovação nas bacias do Descoberto e Paranoá; recuperação ambiental nas bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá; e, ações para promoção de energia solar no Distrito Federal.

A Subsecretaria de Assuntos Estratégicos é responsável pela Coordenação Executiva do projeto no âmbito da Sema e do Governo do Distrito Federal e em 2024 deu continuidade as ações pós-projeto envolvendo: Organização de apresentação dos resultados para avaliadores independentes contratados pelo PNUMA que vieram até a Sema para entender como foi a execução do projeto, desafios, oportunidades e principais resultados.

A ação envolveu:

- Articulação com outros órgãos do GDF que participaram da implementação do Projeto CITInova para participarem da etapa de pesquisa qualitativa com os avaliadores na Sema;
- Articulação de todas as áreas finalísticas da Sema para apresentarem os principais resultados das suas agendas durante a avaliação;



- Visita técnica em áreas de plantio de Sistemas Agroflorestais e de preservação de nascentes, no CAUBI e Serrinha do Paranoá.
- Apresentação da Usina Solar Fotovoltaica implantada no Parque Ecológico de Águas Claras, com apresentação da maquete do sistema localizada no mesmo parque e do arranjo que envolveu a implantação da usina, bem como dos estudos da estratégia climática do GDF.

Incorporação dos Bens adquiridos no Projeto CITInova no patrimônio da Sema: Durante a vigência do projeto foram adquiridos alguns bens permanentes pelo Projeto CITInova, dentre eles alguns mobiliários, notebooks, computadores, kits para curso de meliponicultura, 55 kits para manutenção de áreas de plantios. Em meados de outubro de 2024 o PNUMA autorizou a transferência definitiva desses bens permanentes para a Sema. Todo o trabalho de mapeamento, localização, catalogação dos mesmos, tem sido realizado pela equipe da Suest, com o acompanhamento da SUAG/Sema, são 482 itens no total. Articulação com Emater e Seagri para dispor o material do curso de meliponicultura e os 55 kits de manutenção para produtores rurais contemplados do DF. Os kits foram adquiridos no final da vigência do projeto e devido a necessidade de incorporação no patrimônio do GDF, aguardam a finalização desse procedimento para serem disponibilizados ao uso de produtores do DF. A ideia é firmar um Acordo de Cooperação Técnica entre a Sema, a Seagri e a Emater para validar a lista dos produtores que serão contemplados com esses kits.

CAMINHOS DA RESTAURAÇÃO - Convênio entre a Sema e Funam, com financiamento do Funam

O "Caminhos da Restauração: valoração de produtos florestais não madeireiros do Cerrado" é um projeto que vem sendo executado através da transferência de recursos do Fundo Único do Meio Ambiente – FUNAM para o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan e pretende investigar a cadeia econômica das atividades ligadas à restauração do Cerrado, de modo a indicar caminhos para o fomento dessas atividades ligadas à agenda da bioeconomia, em especial a valoração de produtos florestais não madeireiros da região do Bioma Cerrado. Seu objetivo é compreender o potencial econômico dos produtos florestais não madeireiros das espécies do Cerrado, como plantas medicinais, óleos essenciais, frutos, sementes e outras matérias-primas valiosas para as indústrias de alimentos, cosméticos, farmacêuticas e consumidores finais.

A parceria se deu por meio da assinatura do CONVÊNIO Nº 02/2023/GDF/SEMA/FUNAM/IPEDF-CODEPLAN e está em vias de assinatura de um termo aditivo tendo em vista a necessidade de ajustes nas responsabilidades de cada partícipe, bem como aumento da vigência. Até o momento o IPEDF procedeu a publicação de três editais para a contratação de bolsistas e a perspectiva é iniciar a etapa de campo no início de 2025.

Informações Financeiras: R\$409.230,00 (Quatrocentos e nove mil duzentos e trinta reais). Foi repassado ao IPEDF o valor da 1ª parcela R\$ 217.430,00 (duzentos e dezete mil, quatrocentos e trinta reais).

CONVÊNIO CAR/BRASÍLIA AMBIENTAL - Projeto Fomento da Análise e Validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Também com financiamento pelo Funam, a execução foi firmada por meio do Convênio Nº 01/2023/GDF/SEMA/FUNAM/IBRAM e tem por objetivo impulsionar as análises de Cadastros Ambientais Rurais no âmbito do Distrito Federal e normatizar os procedimentos de análise, validação e assinatura de Termos de Compromisso visando aprovar as informações ambientais declaradas para implementação do Programa de Regularização Ambiental - PRA/DF.

Recentemente foi firmado um Termo Aditivo de prazo com vistas a ampliar o período da vigência para que a contratação possa ser viabilizada no início de 2025. Informações Financeiras R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Foi repassado ao Brasília Ambiental o valor da 1ª parcela de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).



PLANO ABC+DF

Disponível na Página da Sema: **Um Marco para a Agropecuária Sustentável no Distrito Federal**

O Plano de Agricultura de Baixo Carbono do Distrito Federal (ABC+DF), documento estratégico que visa adaptar a agropecuária local às mudanças climáticas e reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), está agora disponível na página oficial da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema-DF). O plano é uma ação integrada que reafirma o compromisso do Distrito Federal com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável do setor agropecuário, alinhando-se às metas do Plano Carbono Neutro.

Desenvolvido em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Distrito Federal (SEAGRI-DF), a Emater-DF, o Ministério da Agricultura por meio da Superintendência Federal da Agricultura (SFA-DF), e consultorias especializadas, o ABC+DF é resultado de uma Portaria Conjunta assinada em setembro de 2022. Essa parceria fortalece políticas públicas, assistência técnica, pesquisa e transferência de tecnologia, essenciais para impulsionar práticas agrícolas modernas e sustentáveis.

A agropecuária do Distrito Federal, que tem desempenhado um papel histórico e econômico crucial desde a transferência da capital para Brasília, alcança com o ABC+DF um novo patamar. Com foco em Sistemas de Produção Sustentáveis de Agricultura de Baixo Carbono (SPSABC), o plano busca otimizar o uso de recursos naturais, reduzir a emissão de GEE, aumentar a produtividade e garantir a resiliência climática dos sistemas produtivos.

As metas do plano para o período de 2020-2030 incluem a implementação de oito SPSABC, cada um voltado para práticas inovadoras, como manejo sustentável de pastagens, integração lavoura-pecuária-floresta, e sistemas agroflorestais. Esses esforços reforçam o alinhamento com as estratégias nacionais de adaptação climática e eficiência produtiva, ampliando o impacto positivo no território.

O Plano ABC+ está disponível online, para compreenderem como transformar a agropecuária do Distrito Federal em um modelo de sustentabilidade e inovação. O Plano ABC+DF é mais do que um compromisso com o presente; é um investimento no futuro da agropecuária, do meio ambiente e das próximas gerações.

Coordenação da 5ª Conferência Distrital do Meio Ambiente;

Elaboração do Plano de Prevenção e Enfrentamento a Desastres causados por Eventos Climáticos – Eixo 2 “Temas Relacionados ao Meio Ambiente”;

Elaboração do Plano de Prevenção e Enfrentamento a Desastres causados por Eventos Climáticos – Eixo 4 “Formação e capacitação”;

Participação, com servidora Conselheira Suplente, na Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases do Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques Florestais, Manejo Sustentável e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - CONAREDD+;

Participação no Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;

Participação na Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente.

REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS

1.1 Reunião na SEAGRI com EMATER e Piscicultores

Participantes: SEAGRI, EMATER, Câmara Setorial da Aquicultura e piscicultores/produtores.

Objetivo: Alinha demandas do setor e fortalece ações integradas em prol da aquicultura e piscicultura no DF.

1.2 Visita Técnica à Empresa Olimpo (Gama/DF)

Objetivo: Acompanha o processo de produção de tilápia:

Criação: Observa o ciclo da tilápia, desde o alevino até o estágio de comercialização.

Infraestrutura: Analisa os tipos de tanques, processo de separação e transporte.

Resultado: Estreita a relação com produtores locais e compreende as etapas da produção.



1.3 Participação no Circuito Goiano de Pesca Esportiva

Local: Três Ranchos (GO)

Representantes: Subsecretário Edson Pereira Buscacio Junior e Gerente de Projetos Sr. Gilson.

Objetivo: Fortalece o intercâmbio técnico e promove eventos de pesca esportiva, contribuindo para o desenvolvimento turístico e econômico.

1.4 Reunião com o IBRAM

Tema: Regula a pesca no Lago Paranoá.

Resultados: Discute a formação de um Grupo de Trabalho (GT) entre a SEMA e demais entes estaduais.

Alinha estratégias para conservação e manejo sustentável da pesca na região.

1.5 Visita à Granja do Ipê

Participantes: Equipe completa da SUPESQ, recepcionada por: Bióloga Glenda

Gerente de Produção Madalena (SEAGRI-DF)

Pontos Abordados:

Questiona a finalidade da SUPESQ:

Sugere atuação voltada à conservação ambiental no contexto da aquicultura e piscicultura.

Problemas Identificados:

Espécies invasoras africanas no Gama consomem espécies nativas e se reproduzem rapidamente.

Falha no Programa Alevinar:

Falta controle do retorno de beneficiários.

Não compartilha dados pela EMATER.

Necessita de incentivos fiscais para novos produtores e ampliação dos existentes.

Recomendação: Realiza diagnóstico situacional pela empresa Sudeco para mapear a produção e identificar gargalos estatísticos.

1.6 Reunião no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Local: Ministério da Pesca e Aquicultura

Participantes:

MPA: Ministro André de Paula, Assessor Especial Carlos Melo, Secretário Nacional da Aquicultura Paulo Faria, Diretora Geral da Secretaria de Pesca Artesanal Maria Martilene

SEMA/SUPESQ: Secretário Gutemberg Gomes, Subsecretário Renato Santana, Subsecretário Edson Buscacio, Assessor Especial Carlos Eduardo

Pautas da Reunião: Apresenta a SUPESQ ao Ministro, com entrega de relatório anexo.

Convida o MPA para compor o Grupo de Trabalho (GT) destinado à regulamentação da Lei 7.399/2024.

Solicita cooperação entre as esferas Federal e Distrital, buscando integração e apoio técnico para fortalecer a pesca e aquicultura no DF.

Grupo de Trabalho (GT) - Regulamentação da Lei 7.399/2024

Autoria: Deputado Distrital Pr. Daniel de Castro.

Processo SEI: nº 04039-00001898/2024-41.

Objetivo: Regulamenta a Lei Distrital 7.399/2024.

Status Atual:

Encontra-se na fase de indicação dos membros do GT.

Realiza reuniões preparatórias com órgãos convidados.



Participantes Convidados: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI); Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Agência Reguladora de Águas e Saneamento (ADASA); Companhia de Saneamento Ambiental (CAESB); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES:

- Atividades de articulação institucional de caráter técnico entre o DF, outras Unidades Federativas e a União, são definidoras de avanços na garantia da entrega de políticas públicas inovadoras e eficientes à população.
- Embora o planejamento para o ano de 2024 tenha se concentrado, prioritariamente, na execução de recursos não orçamentários, a equipe técnica, mesmo com uma estrutura limitada, manteve as agendas ativas. Houve avanços significativos, tanto nas normativas relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos, quanto na gestão de recursos hídricos. No caso dos resíduos sólidos, as instituições atuantes na área estabeleceram uma relação produtiva e contínua em temas de alta complexidade, como coleta seletiva e logística reversa.
- A SEPAN vem desenvolvendo políticas públicas, estratégias, programas relacionados aos Direitos dos Animais e ao bem-estar animal.
- A execução do planejamento da SUGAT, no ano de 2024, ateu-se prioritariamente à contratação da modernização e ampliação do ferramental tecnológico que garante a continuidade dos trabalhos afetos ao desenvolvimento e à manutenção do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA, bem como de seus módulos especialistas.
- Consolidação do diálogo entre SEAGRI, EMATER e produtores.
- Escuta ativa das demandas do setor, promovendo um ambiente de colaboração.
- Necessidade de transformar as discussões em ações práticas e políticas públicas efetivas.
- Ausência de dados consolidados sobre as necessidades específicas dos piscicultores.
- Criação de programas integrados entre SEAGRI, EMATER e SEMA/SUPESQ, para assistência técnica e extensão rural.
- Estabelecimento de um calendário regular de reuniões, para monitoramento de resultados.

DIFICULDADES ENCONTRADAS:

- A falta de servidores efetivos é um obstáculo à manutenção da cultura corporativa e estabelecimento de metas de longo prazo.
- Déficit de servidores de carreira/comissionados, comprometendo a celeridade na execução das atividades.
- Infraestrutura para a equipe da SEPAN, tendo em vista o aumento do número de servidores.
- Acúmulo e concentração indevidos, de competências complexas para execução dos instrumentos, em especial no que tange os aspectos administrativos, muito especializados.
- Estrutura mínima de servidores capacitados para a execução dos trabalhos de regulamentação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) e de implementação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), bem como para atendimento das demandas diárias de Informações e Pareceres Técnicos, tanto dos órgãos do GDF, como de órgãos de controle internos e externos ao GDF;



- Indisponibilidade orçamentária para a execução dos trabalhos afetos à implementação do ZEE-DF, especificamente no que concerne à implantação do Painel de Indicadores previsto no art. 45, da Lei Distrital nº 6.269/2019.
- As dificuldades encontradas evidenciam a necessidade de fortalecimento institucional, melhor articulação interinstitucional, além de investimentos em programas de monitoramento, incentivo fiscal e sustentabilidade ambiental.

PERSPECTIVA PARA O PRÓXIMO ANO:

- Contratação de Pessoal de Apoio Administrativo;
- Melhorias nas instalações Físicas;
- Aquisições de mobiliários;
- Projeto: Ampliação do Sistema de Usinas Fotovoltaicas do GDF, para atender prédios da Secretaria de Segurança Pública;
- Plano Setorial de Mobilidade Urbana;
- Acordo de Cooperação Técnica entre a Sema, Seagri e Emater;
- Contratação dos Serviços de Seguro e Manutenção do Sistema de Usinas Fotovoltaicas do GDF;
- Projeto: Projeto de Manutenção e Monitoramento de Áreas de Plantio no Cerrado;
- Dar continuidade aos processos de elaboração dos decretos que visam regulamentar os resíduos sólidos orgânicos e, a obrigatoriedade da utilização de materiais reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras públicas no DF;
- Ampliar os resultados globais da coleta seletiva pelas redes de catadores;
- Ampliar os resultados da logística reversa de embalagens no DF;
- Difundir o Programa de Coleta Seletiva Solidária para os órgãos da Administração Pública do Distrito Federal;
- Dar maior celeridade à implantação de logística reversa das diversas cadeias previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Revisar e Implementar o Programa Anual de Monitoramento de APMs;
- Elaborar um Plano de Ação e Metas Intermediárias, para o alcance dos objetivos de enquadramento dos corpos hídricos do Distrito Federal;
- Revisar e atualizar a base hidrográfica do Distrito Federal, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Recursos Hídricos (CRH);
- Reestruturação da SEMA para o aumento da equipe de servidores, bem como a adequação da estrutura de cargos na SUGAT/SEMA;
- Convocação de novos concursados da carreira PPGG, para lotação na SEMA, conforme processo SEI 0039300000090/2022-11;
- Contratações de consultorias técnicas e estudos específicos, para a viabilidade da regulamentação de dispositivos legais do ZEE-DF, previstos na Lei Distrital nº 6.269/2019;
- Formalização de Cooperação Técnica com o IPEDF, para o desenvolvimento do Painel de Indicadores do ZEE-DF e do Atlas;
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Módulos Especialistas do SISDIA: Módulo Especialista de Sustentabilidade Ambiental em Projetos (MESAP); Módulo Especialista e-Normas (especialização de legislação); Módulo Especialista de Monitoramento e Controle do Território (MEMC); Módulo Especialista para Gestão da Disponibilidade Hídrica do DF, bem como do BIG DATA, dentre outros componentes. Serão necessárias contratações de serviços de consultoria, aquisições de equipamentos e infraestrutura de T.I. compreendendo computadores desktop para desenvolvimento e geoprocessamento de dados; e a renovação e ampliação de softwares;
- Atualização dos portais eletrônicos do ZEE-DF e SISDIA;
- Concluir o processo de regulamentação da Lei nº 7.399/2024 e transformá-la em um marco para o setor de pesca e aquicultura no DF.
- Lançamento de um plano de comunicação para apresentar à sociedade e aos órgãos públicos, o escopo e missão da SUPESQ, focando em conservação ambiental, políticas de fomento e desenvolvimento sustentável.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Economia
Secretaria Executiva de Finanças
Subsecretaria de Planejamento Governamental

- Realização de parcerias técnicas e acadêmicas com instituições, universidades e órgãos federais para apoiar pesquisas e ações.
- Implementação de um plano de trabalho anual, com metas claras e mensuráveis, incluindo atividades de regulamentação, fiscalização e apoio ao setor produtivo.

Colegiados para 2025, a perspectiva é:

- A realização de seis reuniões ordinárias do pleno do CONAM/DF (além das extraordinárias) com assistência da DICOL e assessores em 100% das reuniões;
- Doze reuniões anuais da CJAI (ordinárias e extraordinárias);
- Cumprimento dos objetivos dos GTs constituídos no âmbito do CONAM/DF e de suas CTs;
- Reativar a Câmara Técnica de Clima e torná-la permanente, no âmbito do CONAM/DF, que tem as suas competências descritas no Decreto nº 43.413, de 07 de junho 2022;
- Realizar quatro reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, do Fundo Único do Meio Ambiente, com assistência da equipe da Suest em 100% das reuniões.
- Revisar a Legislação do Funam (Decreto e Resolução Manual de Aplicação de Recursos) e submeter a Casa Civil.

SEPAN (Secretaria Extraordinária de Proteção Animal).

- Abrigo Público para cães e gatos, vítimas de maus-tratos;
- Prestação de serviços de Castração Gratuita de caninos e felinos;
- Credenciamento de novas clínicas veterinárias no Programa de Castração;
- Contratação de empresa que desenvolva um sistema para gestão do Programa de Castração;
- Desenvolvimento de ações educacionais voltadas para proteção animal;
- Operacionalização e Manutenção do Serviço Veterinário Público do Distrito Federal (HVEP);
- Construção da 2ª Unidade do (HVEP).